



DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES

Na prova de 1ª Fase da OAB, assuntos que mais caem em **DIREITO CONSTITUCIONAL**

São:

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS;
DA NACIONALIDADE E DOS DIREITOS POLÍTICOS;
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO;
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES;
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.

Abaixo, 10 questões comentadas sobre esses assuntos:

01. A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 se reuniu para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. De acordo com a Constituição Federal de 1988, contempla os fundamentos da República Federativa do Brasil a

- A) soberania e o repúdio ao terrorismo.
- B) dignidade da pessoa humana e o pluralismo político.
- C) cidadania e a não-intervenção.
- D) igualdade entre os Estados e a concessão de asilo político.

02. A análise da cidadania é fundamentalmente embasada nos primeiros artigos da Constituição de 1988. Esta é conhecida como Constituição Cidadã por conceder os mais amplos direitos sociais entre as sete constituições na história do Estado brasileiro. Assinale a alternativa que apresenta o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, conforme estabelecido no art. 3.º da Constituição, que está diretamente relacionado à garantia de condições essenciais para o exercício pleno da cidadania.

- A) A garantia do desenvolvimento nacional.
- B) A perpetuação da pobreza e marginalização, assim como a equiparação das disparidades sociais e regionais são objetivos a serem alcançados.
- C) A construção de uma sociedade liberal.
- D) Remuneração igualitária aos cidadãos brasileiro

03. Ramiro, brasileiro naturalizado, em viagem de turismo para os Estados Unidos da América, apaixonou-se por Ramona, cidadã mexicana. Ambos, embora tenham ingressado legalmente no país, decidem ampliar sua estada além do autorizado, buscando a realização do sonho americano. Ramona acaba engravidando, tendo o filho nascido em território estadunidense. Ramiro e Ramona, contudo, acabam sendo deportados do país em razão de sua condição de ilegais no país e decidem residir juntos no Brasil. O filho do casal, Raphael, não teve qualquer formalização de seu nascimento nos Estados Unidos da América. Sobre a nacionalidade de Raphael, é correto afirmar:

- A) será brasileiro naturalizado, desde que resida no país por um ano ininterrupto e demonstre idoneidade moral;
- B) será brasileiro naturalizado, desde que resida no país por mais de quinze anos ininterruptos e não possua condenação penal;
- C) será brasileiro naturalizado, pelo critério do sangue, uma vez que seu pai também é brasileiro naturalizado;
- D) será brasileiro nato, desde que resida na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira.

04. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. O sufrágio é caracterizado tanto pelo direito de votar como pelo direito de ser votado. Entre as condições positivas de elegibilidade, a Constituição Federal menciona a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e a idade mínima de:

- A) 18 anos para o cargo de Prefeito e Vice-Prefeito, desde que o Município tenha menos de 200 mil habitantes;
- B) 30 anos para o cargo de Governador de Estado e de Vice-Governador;
- C) 25 anos para o cargo de Deputado Federal;
- D) 23 anos para o cargo de Deputado Estadual;

05. Em razão de uma grande mobilização popular, o estado Alfa editou a Lei nº X, que estabeleceu diversas medidas direcionadas a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, junto ao público, pelas sociedades empresárias que explorem sorteios no território estadual. Apesar de atender aos anseios da coletividade, diversas sociedades empresárias da área sustentaram a inconstitucionalidade da Lei nº X. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:



A) os sorteios envolvem aspectos culturais de cunho essencialmente local; logo, a competência legislativa é municipal, e a Lei nº X é inconstitucional;

B) a competência para legislar sobre a matéria é privativa da União; logo, não poderia ser exercida pelo estado Alfa em nenhuma hipótese, sendo inconstitucional a Lei nº X;

C) a Lei nº X somente será considerada constitucional caso a União tenha editado lei complementar, delegando competência legislativa aos estados para legislar sobre a matéria;

D) como a competência legislativa nessa matéria é concorrente entre a União e os estados, a Lei nº X é constitucional, caso não tenham sido afrontadas eventuais normas gerais editadas pela União;

06. O Título III da Constituição Federal estabelece a organização do Estado, sendo que ao estabelecer a organização político-administrativa estabelece as competências legislativas e administrativas dos entes federados. Sobre o tema, é correto afirmar que é competência exclusiva da União:

- A) legislar sobre direito civil;
- B) legislar sobre direito penal;
- C) legislar sobre populações indígenas;
- D) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

07. A separação dos Poderes tem a função de evitar a concentração do poder e, com isso, a tirania. Baseia-se na premissa de que, quando o poder político está concentrado nas mãos de uma só pessoa, há uma tendência ao abuso do poder. Nesse sentido, a Constituição Brasileira de 1988 estabelece que são poderes da União:

- A) Legislativo, Executivo, Judiciário e Poder Moderador.
- B) Legislativo, Executivo e Poder Moderador.
- C) Legislativo, Executivo, Judiciário e Poder Popular.
- D) Executivo, Legislativo e Judiciário.

08. Para a doutrina constitucional "*É indubitável que a doutrina ou teoria da separação dos poderes tem desempenhado um papel primordial na conformação do tipo de Estado que, a partir da Revolução Inglesa, da que deu origem aos Estados Unidos da América e, sobretudo, da Revolução Francesa, se foi propagando a todo o mundo ocidental, no decurso dos últimos dois séculos*" (PIÇARRA, Nuno. **A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional: um contributo para o estudos das suas origens e evoluções.** Coimbra: Coimbra Editora, 1989, p. 11).

Sobre a teoria e o princípio da separação de poderes, assinale a alternativa correta nos termos da Constituição Federal de 1988.

A) São poderes da República Federativa Brasileira: o legislativo, o executivo, o judiciário e o poder moderador exercido pelas Forças Armadas.

B) O Ministério Público, em que pese não arrolado no artigo 2º da CRFB/88, é considerado um poder da república, pois tem como atividade precípua o combate à corrupção, uma missão constitucional que o coloca em posição de destaque entre os poderes estatais.

C) O Senado Federal pode, pelo voto da maioria de seus membros, sustar o andamento de ação com tramitação no Supremo Tribunal Federal contra Senador, sendo que a sustação do processo não suspende a prescrição.

D) São princípios guia da separação de poderes a independência, a harmonia e a indelegabilidade.

09. A Constituição Federal de 1988 estabelece que declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em:

- A) quarenta dias.
- B) trinta dias.
- C) vinte dias.
- D) quinze dias.

10. Um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei com o objetivo de reajustar a remuneração dos servidores do estado Alfa, daí resultando, após a devida sanção do governador do estado, a Lei Estadual nº X. A aplicação desse diploma normativo, no entanto, foi sistematicamente rechaçada, tanto pelos órgãos competentes do Poder Executivo, como pelos órgãos do Poder Judiciário, sob o argumento de ser inconstitucional. Por tal razão, a Mesa da Assembleia Legislativa decidiu ingressar com ação declaratória de constitucionalidade (ADC) perante o Supremo Tribunal Federal.

É correto afirmar, em relação aos termos dessa narrativa, que:

- A) a Lei Estadual nº X é inconstitucional e não poderia ser objeto de ADC;
- B) eventual vício da Lei Estadual nº X foi suprido pela sanção, sendo que esse diploma normativo poderia ser objeto de ADC;



C) como a aplicação da Lei Estadual nº X estava sendo rechaçada, era cabível o ajuizamento da ADC pela Mesa da Assembleia Legislativa;

D) não foram oferecidos elementos indicativos da inconstitucionalidade da Lei Estadual nº X, sendo possível o ajuizamento da ADC, mas a Mesa não tem legitimidade;

GABARITO COMENTADO

01. LETRA- B

A dignidade da pessoa humana é um dos valores fundamentais que norteiam o Estado Democrático de Direito, sendo um princípio essencial para a garantia dos direitos individuais e sociais.

02

LETRA-A

Art. 3º CF/88 Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - **garantir o desenvolvimento nacional;**

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

03. LETRA- D

CF/88-Art. 12. São brasileiros: I - natos: c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira"

04. LETRA- B

Segundo o art. 14, § 3º, VI, da Constituição Federal:

35 anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

30 anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

21 anos para Deputado Federal, Deputado Estadual e Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito;

18 anos para Vereador.

05. LETRA- C

CF/88 Art. 22. Compete **privativamente à União** legislar sobre:

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

Parágrafo único. **Lei complementar** poderá autorizar os **Estados** a legislar sobre questões específicas das

matérias relacionadas neste artigo.

06. LETRA- D

→ O art. 21, inciso XXIV, da CF/88 atribui como competência exclusiva da União a função de organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

07. LETRA- D

→ O art. 2º da CF/88 estabelece expressamente:

"São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

08. LETRA- D

→ A Constituição Federal de 1988 adota o princípio da separação dos Poderes no art. 2º, que estabelece que são Poderes da União: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

→ A doutrina destaca que, além de independência e harmonia, há a indelegabilidade das funções típicas de cada Poder, como princípio fundamental que assegura a separação e impede abusos de poder.

09. LETRA- B

→ Conforme art. 103, § 2º, CF/88, "declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em 30 dias."

10. LETRA- A

→ A ADC, nos termos do art. 102, I, "a", CF/88, é cabível apenas para leis ou atos normativos federais.

→ Como a Lei Estadual nº X é estadual, não cabe ADC no STF.